



O AMBIENTE COMO ARGUMENTO FINAL NA IMPRENSA BRASILEIRA

Rui Ramos (Universidade do Minho, Portugal)

R e s u m o : O presente artigo analisa, no quadro da ecolinguística, uma notícia publicada num jornal brasileiro, acerca de um funcionário público proeminente detido pela polícia. Reconhece a centralidade da enunciação para a análise linguística e procura identificar a ideologia subjacente à modalização operada. Defende que o artigo analisado simplifica a realidade, cria dicotomias simplistas e, num certo sentido, manipula os factos para criar espetacularização e atrair o público. Em particular, evoca o interdiscurso ambiental que percorre a esfera pública para, por associação, valorizar a imagem do indivíduo-alvo e, em seguida, inverter a valorização e criar dele uma imagem fortemente disfórica. O interdiscurso ambiental é, então, dado como pacífico, aceite inquestionavelmente por todos os cidadãos, e a militância ambiental é apresentada como traço mais elevado do carácter do indivíduo em causa.. Apesar de se apresentar como uma notícia, com caraterística de texto objetivizado, o artigo em análise é claramente avaliativo e substitui os tribunais pela praça pública para a condenação do indivíduo-alvo, mesmo sem o ter ouvido e considerado a sua defesa.

P a l a v r a s - c h a v e : Linguística, ecolinguística, media, discurso ambiental, enunciação.

A b s t r a c t : This article analyses, in the field of ecolinguistics, a news story published in a Brazilian newspaper, about a prominent civil servant detained by the police. It recognizes the centrality of enunciation for linguistic analysis and aims at identifying the ideology underlying its modalisation. In our point of view the analysed news simplifies reality, creating simplistic dichotomies and, in a sense, it manipulates the facts to create spectacularisation and attract the newspaper reading public. In detail, it evokes the environmental interdiscourse which runs the public sphere to, by association, enhancing the targeted person image and then reverse the appraisal and create a strong dysphoric image of him. The environmental interdiscourse is then given for granted, indisputably accepted by all citizens, and environmental activism is presented as a higher trait of individual's character. Despite being built like a news story, with objectified text feature, the article in question is clearly a public assessment, replacing the court by the public opinion in order to charge the targeted person, without ever having heard him or considered his personal defence.

K e y w o r d s : Linguistics, ecolinguistics, media, environmental discourse, enunciation.

1. Apresentação e enquadramento teórico

1.1. O presente artigo analisa, no quadro definido pela ecolinguística, uma notícia publicada no jornal brasileiro Zero Hora em 1 de maio de 2013 (ver anexo).

O facto de se analisar um artigo jornalístico, que se apresenta como notícia, justifica-se não só em termos puramente académicos (é um exercício de análise linguística, num âmbito e com propósitos científicos), mas também da sua relevância social: não se trata de uma interação verbal privada entre um restrito número de falantes, mas de um exercício discursivo público, inscrito num historial (portanto, com um passado e um provável futuro), participando de uma prática socioprofissional específica (no âmbito jornalístico) e vocacionado para promover a interação com um grande número de indivíduos (os leitores do jornal).

Quando se afirma que se trata de um exercício discursivo inscrito num historial, focalizam-se, pelo menos, duas dimensões.

1.1.1. Uma dessas dimensões é a temática que o artigo aborda. Há uma longa tradição de relato jornalístico de eventos ligados ao desvio social, à fuga à lei, aos processos de crime e castigo, tópico que este artigo retoma. Além disso, o texto explora ainda o *pathos*, intensificado pela imagem da queda de um indivíduo outrora tido como poderoso, o que constitui um elemento apelativo suplementar para a leitura.

1.1.2. A outra dimensão prende-se com a forma (o género textual) atualizado por este artigo. Ele comunica necessariamente com determinados géneros textuais, na esteira dos quais se constrói, e cujas regras retoma. Esta é uma visão herdada de Bakhtine (1981 (1930)) e da sua noção de dialogismo, que sublinha o facto de cada discurso se construir em diálogo com outros discursos, pretéritos ou futuros, reais ou imaginários, o que leva a considerar que a polifonia é constitutiva de qualquer enunciação. Assim, cada texto / discurso ativa uma memória interdiscursiva, “que constitui um contexto global que envolve, e largamente condiciona ou sobredetermina, a actividade linguística, nela interferindo fortemente tanto ao nível da produção como ao nível da recepção- interpretação” (Fonseca, 1992: 275-276), também designada “*lieu de croisement d’énoncés*”, por Sophie Moirand (1999: 173).

Couto (2013, 2014a) reelabora a noção de contexto no quadro da ecolinguística (que também designa “linguística ecossistémica”) e opta por falar de “ecossistema social”, correspondente ao meio social no qual o discurso vai funcionar (encarado da perspetiva da “comunidade de fala” (Couto, 2013: 294), naturalmente; o autor contempla

igualmente a possibilidade de se considerar o ecossistema social na perspectiva da “comunidade de língua” ou da “comunidade de sistema” (idem, ibidem)).

1.2. Acresce que o artigo em análise se inscreve num largo volume de produções jornalísticas que Jung agrupa no que designa como “publicly dominant discourse” (2001: 271), acrescentando que esse deve ser o objeto de atenção e estudo dos linguistas, essencialmente pela capacidade que tais discursos manifestam de refletir preocupações sociais, de dar conta das interações que ligam os indivíduos que compõem o tecido social; pelo poder que detêm de moldar o discurso, a ideologia e as opiniões e ações de cada cidadão; e pelo facto de darem acesso aos indivíduos a experiências “em segunda mão” mediadas pelos meios de comunicação social.

1.3. As considerações acima elencadas estão em sintonia com a conceção da linguagem primordialmente como interação, como defende a linguística ecossistémica.

Assim, pretende-se neste estudo realizar uma “análise do discurso ecológica” (Couto, 2013, 2014) e também, até certo ponto, uma análise do discurso ecológico. Não porque este artigo jornalístico se assumia explicitamente como tratando temáticas ambientais¹, mas, como se pretende mostrar, porque o interdiscurso ambiental subjaz a uma das isotopias da sua construção retórica, mostrando e dando vida a um interdiscurso ambiental que se vai construindo no espaço público, de texto em texto.

Ainda assim, mesmo que o presente estudo se dedicasse à análise e descrição do discurso ambiental², poderia ser enquadrado no âmbito da ecolinguística, na medida em que se reconhece que um dos ramos desta, que Couto designa como “linguística ambiental” (2013: 281), se ocupa “com o estudo do ambientalismo, das questões ambientais, da crítica à devastação e poluição do nosso meio vital” (idem, ibidem). Acrescenta que “a linguística ambiental é aproximadamente o mesmo domínio a que se dedica a ecolinguística crítica ou a **linguística ecocrítica**. Todas elas podem ser acolhidas no seio da ecolinguística, inclusive porque ela tem uma visão abrangente, holística, dos fenômenos da linguagem” (idem: 281-282).

¹ Tivemos oportunidade de realizar análises de artigos jornalísticos de teor ambiental, como as que se encontram em Ramos 2007, 2009, 2009a, 2011, 2011a, 2012, 2013; ou em Ramos e Carvalho, 2008, entre outros.

² O discurso ambiental é também designado, de acordo com vários autores, como “ecospeak” (Killingsworth e Palmer, 1992) ou “greenspeak” (Harré et al., 1999), por exemplo.

1.4. Contudo, é imperativo que se faça neste ponto um esclarecimento que poderá afastar este estudo de alguns dos pressupostos que sustentam muita da construção teórica da ecolinguística, pelo menos como Couto (2013, 2013a, 2014, 2014a) a configura. Esse esclarecimento centra-se sobre o adjetivo “crítica” da expressão acima citada “ecolinguística crítica”. Tal como noutros âmbitos científicos, este adjetivo manifesta uma certa tomada de posição do analista, que renuncia à demanda do que considera ser a impossível objetividade e assume frontalmente uma posição empenhada/engajada. Couto evocará mesmo Arne Naess e a sua “ecologia profunda” para assumir que a ecolinguística crítica deve ser prescritiva e não somente descritiva. Contrariamente a esse posicionamento, ainda que reconhecendo que a pura objetividade é uma impossibilidade física, procura-se, pela fundamentação e pelo método, visar tal objetividade – pelo menos, a plausibilidade e a razoabilidade da análise, desenvolvida de um ponto de vista tão isento quanto é possível a um ser no mundo. E adotar, até aos limites do possível, uma atitude descritiva.

Assim, distingue-se a posição pessoal do cidadão, com as suas crenças, ideologias e sonhos, daquela do investigador, que procurará (dentro dos seus sistemas de valores, naturalmente) fundamentar tão fortemente quanto possível a análise.

1.5. Em suma, pretende-se perspetivar a análise deste texto particular, e da sua retórica específica, num quadro mais vasto do funcionamento dos discursos e do argumento ambiental na sociedade:

ter uma visão holística do objeto de estudo não é o mesmo que querer abranger muita coisa ou tudo. Querer abranger tudo significaria ter a pretensão de praticar uma ‘teoria de tudo’ em linguagem, como se diz na física (*theory of everything*). Pelo contrário, aqui se trata de uma outra maneira de encarar os fenômenos linguísticos. Poderíamos até estudar a palatalidade dos fonemas /s/ e /t/ na região de Uberaba (MG), mas sem esquecer que os dois fazem parte de uma sílaba, que faz parte de um morfema, que é parte de uma palavra, que é parte de uma frase, que é parte de um texto, que é parte de uma interação comunicativa e assim por diante, até chegar às interconexões do universo. É estudar uma árvore sem esquecer que ela é parte de uma floresta. Como já observado, a ecolinguística é um arcabouço geral para se estudarem os fenômenos da linguagem. (Couto, 2013: 291).

1.6. Nas modernas sociedades ocidentais, entre os poderes que modelam a vida social está o dos *media*. Longe de serem fiéis e impolutos espelhos do que se desenrola na sociedade, estes assumem o estatuto de instâncias de intervenção social: “os *media* não transmitem o que se passa na realidade social, eles impõem o que constroem do espaço público” (Charaudeau, 1997: 9). É sua missão atrair a atenção dos seus destinatários para mediar, filtrar e conferir um certo sentido aos factos sociais brutos, transformando-os em eventos mediáticos, revelando uns e, simultaneamente, esbatendo outros segmentos do real. Envolvem, na focalização e na modalização operadas, os olhares, as percepções e a ação dos cidadãos, agendando a vida social. Mesmo aquela componente da produção mediática que nos habituámos a designar como “informação”, supostamente objetiva e verificável, mais ou menos independente do olhar e, portanto, mais “isenta”, não deixa de ser uma construção balizada pela visão do mundo do enunciador, pelos seus objetivos, pelo contrato de comunicação (idem, 2006, 2008) estabelecido entre jornalista e leitor. Charaudeau sintetizará desta forma o seu ponto de vista: “a informação é pura enunciação” (1997: 35).

1.6.1. Afirmar que a informação é pura enunciação implica reconhecer, como Fonseca, que “a enunciação desempenha um papel de tão largo alcance na organização da língua que dela se deverá dizer que constitui a trave mestra dessa mesma organização” (1992: 253). Admite-se, assim, como Benveniste (1975), a fundamental centralidade do homem na linguagem.

Considerando, contudo, como este autor, que o homem não vive sozinho, mas vive para fazer comunidade, numa rede de relações altamente complexa, a existência de subjetividade envolve necessariamente a conceção da intersubjetividade. E, no relacionamento entre indivíduos, o sistema da língua, enquanto sistema semiótico, é “depositário e mediador de intersubjetividade” (Fonseca, J., 1992: 250).

Sistema e uso do sistema não estão dissociados, nem são realidades estanques. Há influxos do uso na configuração interna do sistema (como é toda a problemática dos deícticos, fortemente imbricada nas questões de intersubjetividade). Tal consideração mostra o relevo que o uso da língua assume na configuração da experiência humana. É pelos discursos que o homem negocia posições, faz valer a sua visão do mundo, exerce ou é alvo de poder e atribui sentido também às coisas e seus estados.

Note-se que, como Couto (2013) assinala, não se pode falar em determinação mecânica neste caso: a nossa língua não “determina” a nossa forma de vermos e agirmos sobre o mundo, no sentido radical do termo. A prova disso é que o indivíduo pode questionar-se sobre a construção linguística das coisas e seus estados e a mudança faz parte de todo o processo. Contudo, parece ser certo que é dentro das potencialidades de cada língua que se configura a experiência humana.

A negociação de pontos de vista materializa-se frequentemente em processos de modalização, persuasão e argumentação, assumindo os discursos uma

generalizada orientação causativa ou factitiva: neles será de surpreender um mais ou menos subtil mas sempre operante papel de influenciador assumido, quase sempre veladamente, pelo locutor – papel que vai do instituir o alocutário em testemunha e / ou juiz das suas crenças, atitudes ou propósitos às alterações de natureza cognitiva, emotiva ou comportamental desse mesmo alocutário (Fonseca, J., 1992: 238).

1.6.2. Se todos os discursos são caracterizados pela orientação causativa ou factitiva acima referida, quando se trata de discursos públicos, como os que povoam os *media*, o jogo intersubjetivo ganha contornos específicos.

Tem havido, ao longo do tempo, múltiplas tentativas de construir uma classificação abrangente dos géneros jornalísticos. Para os efeitos da presente análise, recuperar-se-á a de Moirand (1999), que parte de um critério essencialmente enunciativo para agrupar os artigos da imprensa em dois grandes grupos, identificando-os como “géneros de enunciação subjetivizada” e “géneros de enunciação objetivizada”.

1.6.2.1. Pertencem ao primeiro grupo as peças jornalísticas que apresentam marcas explícitas e / ou identificáveis de subjetividade (ex.: opinião, comentário, editorial...). Estes artigos operam frequentemente sobre discursos anteriores, comentando-os, podem ocorrer com alguma distância temporal relativamente aos factos brutos e suscitam a reflexão crítica. O seu autor assume a responsabilidade enunciativa, por norma marcando tal responsabilidade através de traços explícitos na superfície textual (marcas de primeira pessoa, verbos de opinião, marcadores de modalização avaliativa, etc) e assinando a sua peça jornalística. Toda a construção assume um ponto de vista, o do

autor, que é partilhado com o recetor, e há um trabalho argumentativo que procurará tornar esse ponto de vista também adotado, em algum grau, pelo mesmo recetor. Frequentemente, estes artigos são produzidos por líderes de opinião, não necessariamente jornalistas, que ora se apresentam como porta-vozes da opinião pública, trazendo os anseios e as preocupações individuais ou de grupos restritos para a agenda global, ora como condutores dessa opinião, sugerindo atitudes e ações a adotar.

1.6.2.2. O segundo grupo, composto pelos textos de enunciação subjetivizada, agrupa os artigos em que as marcas de subjetividade foram ocultadas (ex.: notícia, reportagem, breve, artigo de divulgação científica, etc.). Tipicamente, estes textos procuram criar a ideia de que os factos “falam por si” e que o jornalista não é mais do que um anódino veículo transmissor do real. O apagamento enunciativo operado contribui para a criação de uma imagem de seriedade, favorável à credibilidade que o jornalista necessita para ser bem recebido pelos leitores (Amossy, 2010). Mas também neste caso, à semelhança do que acontece com os textos de enunciação subjetivizada, o exercício verbal é – como não poderia deixar de ser – marcado por uma origem e um ponto de vista, uma interpretação dos estados de coisas, uma construção³.

1.7. É nessa perspetiva que o artigo jornalístico em causa é observado: como construção discursiva, cuja análise pode revelar os pressupostos ideológicos do seu enunciador e os mecanismos retóricos que usa para conseguir a adesão do leitor aos seus pontos de vista. Mais do que o relato da ascensão e queda de uma figura pública, afigura-se interessante identificar os entreditos e os não-ditos que povoam o discurso e, em particular, o relevo que o interdiscurso ambiental joga no quadro de valores do enunciador e que é sugerido veladamente ao leitor.

2. O corpus

Como foi referido acima, o presente estudo elege como *corpus* de análise o artigo “Do combate aos quiosques à maré que inundou Fepam”, uma notícia de fundo policial publicada no diário Zero Hora em 1/5/2013 (página 10), na sua versão impressa.

³ Sobre enunciação, responsabilidade enunciativa e ocultação enunciativa, ver Koren, 2006 e Moirand, 2006.

A peça jornalística apresenta um antetítulo (“Referência da orla”), o título, um *lead* ou parágrafo de apresentação e o corpo da notícia. O *lead*, à esquerda do corpo da notícia e impresso em itálico, é antecedido por uma espécie de título que explora um grafismo portador algum dramatismo, evocando vagamente uma imagem com texto produzida por impressão manual sobre molde. O corpo da notícia apresenta igualmente um entretítulo e é composto por sete parágrafos, organizados em duas colunas, podendo ser considerado pouco extenso. Finalmente, assinala-se que, enquadrada no texto, surge uma foto do rosto do protagonista dos eventos relatados, e que a notícia é assinada pelo seu autor.

Para os efeitos da presente análise, não se aborda a questão do enquadramento da peça na economia da página, ou da rubrica jornalística.

O diário Zero Hora é publicado em Porto Alegre, RS. Segundo informação presente no seu sítio da *internet*, existe desde 1964 e é o mais representativo jornal do Rio Grande do Sul; é líder em circulação impressa e em audiência *online* no Estado, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC).

No mesmo sítio da *internet*, o jornal não tem disponível qualquer informação sobre política editorial, livro de estilo ou interesses (políticos, económicos ou outros) assumidos. Informa, contudo, que pertence ao grupo RBS, que abarca um conjunto de outras publicações periódicas e não periódicas.

3. Análise

3.1. Como seria de esperar, o artigo é encabeçado por um título.

É conhecido o estatuto específico dos títulos na imprensa. Constituem um género delimitado, habitualmente da responsabilidade de uma instância coletiva: o jornal.

Do ponto de vista semiótico, o título tem por missão captar a atenção do leitor e dar abertura ao processo de comunicação. Joga, assim, um papel atrativo, enigmático e descritivo, tendo de balancear as doses certas de informação e vagueza para poder desempenhar a sua missão de forma eficaz.

A sua dimensão projetiva permite-lhe revelar o tema geral do artigo e ativar um conjunto de pressupostos que condicionarão de imediato a leitura. Sendo habitualmente elíptico, convida o leitor a criar os primeiros laços de cumplicidade, completando a sua formulação, identificando *clichés* ou lugares-comuns, aceitando os seus jogos

metafóricos, reconhecendo e aceitando os quadros conceptuais, ou estabelecendo relações interdiscursivas com outros textos / discursos.

No caso presente, dois elementos de relevo são identificáveis.

3.1.1. O primeiro desses elementos centra-se no campo lexical atualizado. O antetítulo refere “a orla”, o título menciona “maré”, “inundou” e “Fepam”, que o corpo do artigo explicitará como sendo a “Fundação Estadual de Proteção Ambiental”. Completa-se a isotopia com os “quiosques”, que o leitor, num exercício de cooperação interpretativa e com base na sua enciclopédia, facilmente associará à orla litoral, às marés e ao espaço objeto de proteção ambiental. O quadro conceptual está traçado, a temática está evocada. O interdiscurso mediático fornece ao leitor, mesmo o menos atento à realidade social, uma rede de produtos verbais e não-verbais (discursos, publicidade, campanhas, intervenções múltiplas) que povoam o espaço público e que focalizam a orla litoral e a regulação do seu uso ou a sua proteção. O traço negro, o “sangue” que atrairá a atenção do leitor está presente, pelo menos, na evocação da inundação, cenário catastrofista capaz de apelar à curiosidade mórbida.

3.1.2. O segundo elemento relevante identificável reside na estrutura do próprio título, que anuncia a lógica de construção do artigo no seu todo: um percurso associado a uma organização escalar com dois polos fortes e extremados pelo discurso mediático.

Neste caso, a estrutura é “de... a...”, estabelecendo o movimento entre um ponto-origem (marcado por “de”) e um ponto-final (marcado por “a”). O ponto-final é caracterizado disforicamente, com alto grau, como sugere o semantismo de “inundou”, seja tomado literal ou metaforicamente.

A dicotomia do título sugere, portanto, que o “combate aos quiosques” é positivamente conotado, já que constitui o polo oposto ao da “inundação”. O lexema “combate”, também ele tomado literal ou metaforicamente, cria um quadro conceptual e actancial de interesses cruzados, agentes, pacientes, circunstâncias, “bons” contra “maus” na simplificação excessiva tão frequente na fugacidade do tratamento mediático de que os factos do mundo são objeto. Os ingredientes para a captação do interesse (a restrição de emocionalidade que Charaudeau (2008) refere) estão reunidos.

Esses ingredientes decorrem não só da dicotomia simplificadora, facilitadora da cómoda e rápida categorização dos intervenientes em “bons” e “maus”, como foi acima referido,

mas também da evocação mais ou menos implícita de uma sequência narrativa – em particular, o facto de surgir um ponto-origem e um ponto-final, criando a expectativa de ser revelada uma trama que se desenrola ao longo do tempo e recebe a coerência determinada por relações de causalidade. Ora, o modelo narrativo parece ser o mais natural e facilmente apreendido, aquele com que mais confortavelmente o leitor é capaz de lidar, constituindo esta sugestão outra forma de concretização da restrição de emocionalidade.

A própria organização sinótica do título colabora na construção da dicotomia e da sugestão de narratividade, visto que este se divide em duas linhas sobrepostas, cada uma tendo por referente um dos polos mencionados.

3.2. A dicotomia observada no título reproduz-se no parágrafo de apresentação (*lead*). Este, composto somente por três frases, encontra a meio da segunda o momento de viragem da condensada narrativa que apresenta.

3.2.1. Na primeira frase, o artigo traça um retrato eufórico do indivíduo-alvo da notícia (Mattos' Alem Roxo), cujo rosto surgirá numa fotografia inserida na mancha gráfica, referenciando-o como “referência da Fepam” e “responsável por dar informações sobre balnearidade e eventuais manchas de óleo na areia”. Esta caracterização, em particular a menção das “manchas de óleo na areia”, ativa todo um quadro conceptual fortemente operativo nas sociedades ocidentais. Não há cidadão minimamente integrado na *praxis* social que não tenha sido afetado pelos apelos de preservação do meio ambiente. Há todo um interdiscurso ambiental que perpassa e subjaz aos discursos da esfera pública, potencialmente já interiorizado e indiscutível, que cataloga tudo quanto seja associado a poluição (um dos lexemas mais acessíveis desse interdiscurso) como fortemente disfórico e, por implicitação pragmática, tudo quanto se lhe opuser como eufórico. O indivíduo-alvo seria, assim, conotado positivamente neste segmento.

3.2.2. A segunda frase corresponde a um avanço. Por um lado, um avanço no tempo, operado através do marcador “depois disso”, para traçar o percurso profissional do indivíduo-alvo; por outro lado, para marcar a sua ascensão na luta pela preservação ambiental: não só referenciando-o como “algoz dos proprietários de quiosques”, uma expressão particularmente veemente para manifestar a sua luta, como também

caracterizando-o como “voz forte na defesa da fauna e da flora”. De novo, o quadro conceptual é intensamente favorável à criação de um *ethos* eufórico, pois beneficia da imagem associada à atividade (decorrente da agentividade que o caracteriza na construção frásica) e recebe todas as expectativas positivas de quem se envolve neste tipo de luta, em favor de valores generalizadamente aceites.

Contudo, nesta segunda frase dá-se uma inversão brusca, explorando efeitos dramáticos. O texto afirma que tudo aconteceu “até entrar na mira dos órgãos de fiscalização”. O marcador “até” é coerente com a criação de uma organização escalar e identifica o ponto máximo da escala – a partir daí, surge a queda abrupta. Tão abrupta quanto abrupta é a construção sintática, visto que a mesma frase que colocava o indivíduo-alvo no ponto máximo da avaliação eufórica opera uma inversão violenta, dividindo os dois segmentos por um travessão.

Mesmo neste segmento, a isotopia da luta mantém, mas desta vez Roxo deixa de ser o agente com poder sobre os seus antagonistas para passar a ser o paciente desprovido de poder: ele fica “na mira” das autoridades, o que, de novo, é compatível com o seu estatuto de alvo, não só dessas autoridades, mas também deste artigo.

3.2.3. A terceira frase do *lead* é breve, sumariando o desfecho da fiscalização anunciada na frase anterior: o indivíduo-alvo já se encontra preso pela Polícia Federal. Há uma precipitação do resultado, sugerindo a queda abrupta e violenta.

É também sugerida a sua culpabilidade: nenhum facto ou argumento é aduzido em sua defesa; o locutor não se distancia das implicaturas associadas ao facto de Roxo ter sido detido, ainda que nenhum tribunal o tenha ainda condenado e se lhe aplique a presunção de inocência fundamental nos sistemas legais das sociedades de direito democrático; não se diz, neste passo, que ele espera julgamento ou o desenrolar das averiguações. No tribunal da opinião pública, ser detido é sinónimo de ser culpado; o indivíduo-alvo está já condenado.

3.3. Tal como o título e no *lead*, o corpo da notícia tem uma organização dicotómica, mostrando (agora com mais detalhe) o percurso de ascensão e queda de Roxo. Desta narrativa, dois aspetos mostram-se particularmente pertinentes na análise.

3.3.1. O primeiro desses aspetos reside no facto de o indivíduo-alvo ser configurado como poderoso e com estatuto social elevado na sociedade em que se insere. O jornalista lembra que Roxo ocupava uma posição de relevo numa instituição de proteção ambiental, na qual detinha um estatuto de “referência” (termo já usado no antetítulo e no *lead* para o descrever), tem formação superior, assumia visibilidade e teve uma ascensão rápida dentro da instituição. Esse aspeto ganha relevo na sua descrição: o jornalista esclarece que Roxo, “poucos anos depois [de ter entrado na Fepam], havia alcançado o posto de líder da instituição no Litoral Norte” e que “três anos antes já era o responsável pelas principais ações da fundação na orla”. Todo o desenho do seu perfil mostra um indivíduo ativo, com perfil de líder, exercendo poder, tendo obrigado a alterações no uso do espaço público na orla marítima.

A imagem do indivíduo-alvo que o jornalista cria orienta-se para a direção oposta à que decorre da ação policial noticiada. Sublinhe-se a referência à formação superior que Roxo havia obtido, numa instituição de prestígio local e nacional, como elemento de reforço da expectativa de seriedade e honestidade. Para o enunciador, parece haver o pressuposto segundo o qual indivíduos com formação superior não cometem erros ou ilegalidades. O que, inversamente, sugere que aqueles que não têm formação académica superior serão mais suscetíveis de enveredar pela via do crime. Este parece ser um posicionamento ideológico preconceituoso e, eventualmente, perigoso para os modelos sociais aceites pela civilização ocidental.

3.3.2. O segundo aspeto de particular interesse na retórica intrínseca a este artigo reside na evocação da defesa ambiental como traço de credibilização máxima de Roxo. Depois de apresentar todos os argumentos de credibilização e valorização da imagem do indivíduo-alvo, o enunciador inverte a orientação avaliativa, como havia feito na construção do *lead*. E o último argumento, aquele que surge como derradeiro e mais poderoso elemento credibilizante antes da inversão, é o seguinte: Roxo havia sido “projetado pela postura de ambientalista – chegando a integrar um movimento não-governamental em defesa da Lagoa dos Quadros”.

O semantismo do verbo “chegar” incorpora a noção de percurso e de ponto de chegada, pelo menos, assim como pode evocar o de escala. Constrói uma narrativa condensada, por evocação. Assim, a militância ambiental é apresentada como derradeiro traço eufórico, como ponto máximo de valorização do indivíduo.

A defesa do ambiente não é questionada, antes é apresentada como valor intrínseco, como pressuposto. A sua evocação integra-se no interdiscurso ambiental que caracteriza as sociedades atuais, profundamente difundido. Mostra, neste passo, a ideologia do jornalista e os valores que ele dá como partilhados com o leitor.

3.4. De seguida, à semelhança da construção do *lead*, o corpo da notícia opera uma alteração brusca e afirma que Roxo “passou a ser investigado pelo Ministério Público Estadual”. Também neste caso, é usado um verbo que manifesta a mudança de estado, o que é compatível com a construção de uma narrativa que se vai desenrolando ao longo da notícia.

Há mais algumas informações disponibilizadas, em particular após um entretítulo que pauta o artigo. Este encerra com uma citação do promotor encarregado do caso, anunciando para breve a conclusão da investigação e as conclusões respetivas. Este relato de discurso autoriza a palavra do jornalista, que pode assim mostrar que o seu desenho dos estados de coisas é comprovado por um enunciador externo e credível.

4. Reflexões finais

O artigo na análise inscreve-se numa lógica de crime e castigo, com todo o poder atrativo que tal cenário encerra. Abordando um assunto atual e público, responde à restrição de visibilidade que Charaudeau (2008) identifica como caracterizando a imprensa contemporânea. Mas está longe de apresentar os factos de forma neutra e isenta. Como foi referido acima, Roxo é julgado e condenado na imprensa, independentemente do que a investigação vier a mostrar, a sua defesa puder aduzir e o tribunal vier a apurar. Expressões como “referência da orla” são utilizadas para elevar o estatuto do indivíduo-alvo e o contraste com a sua queda ser dramatizado. Responde, igualmente, desta forma, à restrição de emocionalidade (*idem*), envolvendo o leitor pela vertente afetiva.

Fica claro que, apesar de se apresentar como texto de enunciação objetivizada, sem marcas enunciativas de primeira pessoa, o presente artigo é claramente avaliativo.

Os três segmentos analisados – título, *lead* e corpo da notícia – apresentam estruturas narrativas semelhantes. Fazem um retrato eufórico de Roxo, aumentando gradualmente a avaliação positiva do seu caráter, para abruptamente inverterem a avaliação e o mostrarem em queda. Neste sentido, o artigo parece dirigir-se aos isentos de poder, que

encontram algum conforto em ver que os poderosos também caem. Não será o sentimento mais nobre que existe, envolvendo talvez alguma inveja social, mas parece vender jornais.

O jornalista dá a ver os seus valores, propondo-os implicitamente também aos leitores. Em particular, tem um posicionamento marcado (poderia dizer-se mesmo um preconceito) face à estratificação social e à probabilidade de cidadãos de certos níveis socioculturais cometerem ilegalidades. Além disso, assume como compartilhado com os leitores a valorização da defesa do ambiente, recaindo sobre esta dimensão de carácter uma avaliação de muito alto grau.

O artigo simplifica a realidade, construindo um estado de coisas dicotómico, tendendo a apagar tudo quanto não for facilmente enquadrável em avaliações fáceis e imediatas. Poderia dizer-se que constrói um mundo a preto e branco, sem cinzentos que exijam reflexão e questionem o leitor.

Referências

- AMOSSY, R. (2010). *La présentation de soi. Ethos et identité verbale*. Paris: PUF.
- BAKHTINE, M. (1981 (1930)). La structure de l'énoncé. In T. Todorov: *Mikhail Bakhtine et le principe dialogique*, suivi de *Écrits du Cercle de Bakhtine*. Paris: Seuil, pp. 287-316.
- BENVENISTE, E. (1975). *Problèmes de linguistique générale I*. Paris: Gallimard.
- CHARAUDEAU, P. (1997). Le discours d'information médiatique. La construction du miroir social. Paris: Nathan.
- CHARAUDEAU, P. (2006). *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.
- CHARAUDEAU, P. (2008). *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto.
- COUTO, I. H. (2013). *O que vem a ser a ecolinguística, afinal?*. Cadernos de linguagem e sociedade, 14 (1), pp. 275-313.
- COUTO, I. H. (2013a). *Análise do discurso ecológica*. Disponível em <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2013/04/analise-do-discurso-ecologica.html>. Consultado em 13/01/2015.
- COUTO, I. H. (2014). *Linguística ecossistêmica crítica ou análise do discurso ecológica*. Disponível em <http://aarvinha.blogspot.com.br>. Consultado em 13/1/2015. (Também disponível em: Couto, Elza; Duncck-Cintra, Ema; Borges, Lorena (orgs.). *Antropologia do imaginário, ecolinguística e metáfora*. Brasília: Thesaurus, pp. 27-41).
- COUTO, I. H. (2014a). *Ecossistema integral da língua*. Disponível em <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2014/10/ecossistema-integral-da-lingua.html>. Consultado em 13/01/2015.
- DONDIS, D. A. 2007. *Sintaxe da linguagem visual*. São Paulo: Martins Fontes.
- FONSECA, J. (1992). *Heterogeneidade na Língua e no Discurso*. In: FONSECA, J. *Linguística e Texto / Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*. Lisboa / Nice: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Universidade de Nice, pp. 249-292
- HARRÉ, R.; BROCKMEIER, J.; MÜHLHÄUSLER, P. (1999). *Greenspeak. A Study of Environmental Discourse*. Thousand Oaks / London / New Delhi: Sage.

- JUNG, M. (2001). *Ecological Criticism of Language*. In FILL, A.; MÜHLHÄUSLER, P. (2001). *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*. London / New York: Continuum, pp. 270-285.
- KILLINGSWORTH, M.; PALMER, J. (1992). *Ecospeak*. Carbondale: Southern Illinois University Press.
- KOREN, R. (2006). *La responsabilité des Uns dans le regard des Autres: l'effacement énonciatif au prisme de la prise de position argumentative*. *Semen*, 22, Énonciation et responsabilité dans les médias [En ligne], mis en ligne le 2 mai 2007. URL: <http://semen.revues.org/document2820.html>. Consultado em 13/01/2015.
- MOIRAND, S. (1999). *Les indices dialogiques de contextualisation dans la presse ordinaire*. *Cahiers de praxématique*, 33. pp. 145-184.
- MOIRAND, S. (2006). *Responsabilité et énonciation dans la presse quotidienne: questionnements sur les observables et les catégories d'analyse*. *Semen*, 22, Énonciation et responsabilité dans les médias, [En ligne], mis en ligne le 16 mai 2007. URL: <http://semen.revues.org/document2798.html>. Consultado em 13/01/2015.
- RAMOS, R. (2007). *Heterogeneidade enunciativa no discurso sobre o ambiente na imprensa portuguesa: funcionamento e efeitos do discurso directo*. *Linguagem em (Dis)Curso*, 7:1, pp. 45-70.
- RAMOS, R. (2009). *O discurso do ambiente na imprensa e na escola. Uma abordagem linguística*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia
- RAMOS, R. (2009a). *The Organization and Functions of the Press Dossier: The Case of Media Discourse on the Environment in Portugal*. In: BAZERMAN, C.H. ; BONINI, A.; FIGUEIREDO, D. (Eds.). *Genre in a Changing World*. Fort Collins, Colorado / West Lafayette, Indiana: The WAC Clearinghouse and Parlor Press, pp. 223-242.
- RAMOS, R. (2011). *Contributos para a caracterização da retórica ambiental na imprensa generalista portuguesa*. *Revista Galega de Filoxia*, 12, pp. 155-176.
- RAMOS, R. (2011a). *Voices políticas no discurso mediático sobre o ambiente*. In: MACEDO, M. G. ; SOUZA, C. M.; MOURA, V. (Org.). *XII Colóquio de Outono. Voices, discursos e identidades em conflito*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho / Edições Húmus, pp. 265-279.
- RAMOS, R. (2012). *Editoriais de edições especiais "verdes" na imprensa periódica portuguesa contemporânea*. O caso da revista "Visão". *Caderno Seminal*, 18, pp. 186-200.
- RAMOS, R. (2013). *O rei de Espanha foi caçar elefantes. A construção discursiva do evento nos media portugueses*. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 14:1, pp. 17-40.
- RAMOS, R.; CARVALHO, A. (2008). *Science as Rhetoric in Media Discourses on Climate Change*. In: DAM, L.; HOLMGREEN, L.-L.; STRUNCK, J. (Eds.). *Rhetorical Aspects of Discourses in Present-Day Society*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, pp. 223-247.

Recebido em 28/02/2015.

Aceito em 12/03/2015.